

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



Justiça barra o entreguismo e licitação irregular em Ubá

Liminar cancela o processo promovido pelo prefeito Vadinho Baião para privatizar serviços de saneamento



BALANÇO PATRIMONIAL DO SINDÁGUA-MG PERÍODO 2014 A 2015

| ATIVO | 2014 | 2015 |
|-------------------------|---------------------|---------------------|
| Ativo Circulante | 1.234.567,89 | 1.345.678,90 |
| Ativo Não Circulante | 2.345.678,90 | 2.456.789,01 |
| Total do Ativo | 3.580.246,79 | 3.802.467,91 |
| Passivo Circulante | 1.123.456,78 | 1.234.567,89 |
| Passivo Não Circulante | 2.456.789,01 | 2.567.890,12 |
| Total do Passivo | 3.580.246,79 | 3.802.467,91 |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2014

| RECEITAS | 2014 | 2015 |
|---------------------------|---------------------|---------------------|
| Receitas Operacionais | 1.234.567,89 | 1.345.678,90 |
| Receitas Extraordinárias | 100.000,00 | 200.000,00 |
| Total das Receitas | 1.334.567,89 | 1.545.678,90 |
| Despesas Operacionais | 1.100.000,00 | 1.200.000,00 |
| Despesas Extraordinárias | 100.000,00 | 100.000,00 |
| Total das Despesas | 1.200.000,00 | 1.300.000,00 |
| Resultado Líquido | 134.567,89 | 245.678,90 |

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais, analisou o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício de 2014 da entidade, verificando que os dados apresentados são verdadeiros e corretos, e que a entidade encontra-se em situação financeira saudável, com recursos suficientes para o cumprimento de suas obrigações e para a realização de suas atividades.

VEJA COMO OS RECURSOS DA CATEGORIA SÃO APLICADOS

Publicamos nesta edição o balanço financeiro do Sindágua MG, aprovado pelo Conselho Fiscal da entidade e pelos trabalhadores através de assembleia geral realizada no dia 30 de junho/2016.

Confira as atividades e como os recursos dos trabalhadores são aplicados pela direção do Sindicato.

Páginas 6 e 7

A privatização irregular dos serviços de saneamento em Ubá encontrou uma barreira na Justiça.

Decisão liminar cancelou o processo licitatório imposto pelo prefeito Vadinho Baião e terá que esperar o trânsito em julgado para definir sobre o contrato com prestador dos serviços essenciais.

A Justiça consagra mais uma vitória da mobilização dos trabalhadores e da população pelo direito ao saneamento com qualidade sob a responsabilidade do Estado.

Páginas 4 e 5

PESQUISA POR AMOSTRAGEM APONTA QUE ESTÁ TUDO BEM

A Copasa realizou pesquisa por amostragem para entender o que os trabalhadores pensam da administração de cargos e salários. Os resultados são maravilhosos para a empresa e apontam que os trabalhadores estão muito felizes. Parecem uma piada, de que nada precisa mudar e que um novo PCCS pode esperar mais alguns anos. **Página 3**





José Maria dos Santos

Privatização do saneamento

O SINDÁGUA MG mais uma vez cumpre com maestria um papel em que sempre nos empenhamos nos últimos anos: defender a integridade da empresa e as melhores condições de trabalho para garantirmos nossa caminhada para a universalização do saneamento através de um serviço essencial com qualidade. Defendemos o saneamento como política pública e responsabilidade do Estado. A privatização representa o fim dos subsídios e o

aumento das tarifas, impedindo que as populações mais pobres tenham acesso aos serviços essenciais.

Recentemente, a mobilização dos trabalhadores e a competência jurídica do Sindicato foram decisivos para revertermos uma ameaça que parecia irreparável, para impedir que os serviços de saneamento em Montes Claros fossem devastados pela sanha ditatorial e irresponsável do prefeito local, que acabou afastado e preso por causa das irregularidades cometidas à frente do Executivo Municipal.

Agora em Ubá, de novo a mobilização dos trabalhadores alcançou um resultado que configura duas grandes vitórias. A Justiça se fez presente ao interceptar uma licitação

claramente irregular e com vícios escandalosos, mas devemos contabilizar também uma vitória substancial: esclarecimento da população e a possibilidade dos cidadãos discernirem sobre a efetiva importância da Copasa e a qualidade na operação dos serviços de água do município, que estavam ameaçados pelo prefeito, através de uma intensa campanha difamatória contra a empresa.

Ouvimos sempre que lutávamos contra alguém que estava há muitos anos, dia a dia, trabalhando contra a imagem da Copasa e que não haveria evidência jurídica que barrasse sua ânsia de entregar o saneamento para a iniciativa privada.

Alcançamos, no entanto, duas vitórias. A jurídica, que demonstrou erros grosseiros do prefeito e irregularidades na licitação que inviabilizam a empreitada da privatização, e, também, a verdade sobre a realidade dos serviços prestados pela Copasa, reconstruindo a imagem que vinha sendo deliberadamente atacada pelo prefeito. Sobra do mandatário municipal a marca do “mentiroso”, de quem manipulava informações, de quem não repassou para a Câmara Municipal dados reais de negociações com a Copasa, que foi soterrado pelas suas próprias irregularidades.

A vitória ainda não está completa, mas conduzimos todo o processo para que o povo seja respeitado em seu direito a serviços essenciais em que o município e o Estado assumam com responsabilidade, livrando os ubaenses da ganância privada pelos lucros e nenhum compromisso social.

Terceirização ilegal

Os trabalhadores nos distritos de Conselheiro Lafaiete, Leopoldina e Ubá (Caparaó, Zona da Mata e Campo das Vertentes) manifestam grande preocupação com a informação de que a Diretoria Sul (DSL) estaria preparando um processo de terceirização de toda a atividade de manutenção e ligações na região, com a licitação do chamado «contratão», tirando das mãos dos trabalhadores da Copasa as atividades fins da empresa.

Com a licitação do famigerado “contratão”, a Copasa está derrubando o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a empresa, proibindo a terceirização de atividade fim. Pelo “contratão”, a empreiteira vencedora da licitação fornece toda a mão de obra, terceirizada, para as atividades fins como ligações e manutenção de água e esgoto. A Copasa ameaça adotar o mesmo esquema nos serviços de leitura e cadastro.

De imediato, o SINDÁGUA manifesta seu repúdio contra esta eventual intenção



e alertamos a empresa de que denunciaremos ao MPT e ingressaremos com processo judicial no caso de qualquer ocorrência neste sentido.

Aliás, tal iniciativa seria absurda, justamente neste momento em que o Sindicato cobra a reposição de vagas dos trabalhadores, para cobrir a falta de mão de obra em todo o Estado, que vem sacrificando os trabalhadores com sobrecarga de serviços. Lembramos ainda que estamos em processo interno de discussão e elaboração do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), justamente para proteger e deixar transparente a administração de pessoal,

além de permitir a evolução profissional dos trabalhadores, como melhoria das condições de trabalho e nível de remuneração.

A situação de pessoal dentro da empresa se agravou com as centenas de companheiros que se desligaram através de adesão ao Plano de Desligamento Voluntário Individual, outras demissões e aposentadorias. O Sindicato cobra insistentemente da empresa a reposição destas vagas, não só para proteger os empregos dos trabalhadores, mas como medida imprescindível e determinante para que seja mantido o nível de qualidade dos serviços prestados pela empresa à população. Não é, definitivamente, possível precarizar as condições de trabalho, justamente em momento que a empresa é atacada por iniciativas entreguistas de prefeitos que pregam a privatização dos serviços de saneamento, sem se incomodarem com os graves riscos de entregarem à responsabilidade privada atividades essenciais para a saúde da população.

Resultados de pesquisa sobre o PCCS parecem “samba de crioulo doido”

É de causar muita estranheza o resultado de pesquisa realizada pela Copasa para saber questões relativas à administração de cargos, com objetivo de subsidiar o estudo e elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Os números demonstram um nível de satisfação que não corresponde ao que encontramos com os trabalhadores em volume de reclamações.

As perguntas e os percentuais divulgados parecem muito mais intencionados em atestar uma satisfação que justificaria não mudar quase nada do que está aí. A única indicação que não surpreendeu foi a avassaladora insatisfação dos trabalhadores com a política de porte, com 60% querendo que ela seja alterada e 62% afirmando que ela hoje interfere na carreira. Interessante também é a forma como se fez pergunta sobre a política de porte, que induz a resposta. Senão vejamos. É ou não indutiva a pergunta abaixo:

“Mesmo havendo diferenças estruturais entre as unidades da empresa, como: especificidade, complexidade e natureza das atividades desenvolvidas, justifica-se que as especialidades de uma unidade de maior porte tenham os mesmos valores de salário de uma unidade de menor porte?” A resposta não poderia ser outra. Concordância de 55%, mesmo com o antagonismo mais abaixo, em que os trabalhadores responsabilizam a política de porte como grande interferência no seu processo de crescimento profissional.

Quer dizer que EU FALEI que está tudo bem e QUE ESTOU FELIZ?

Outra pergunta que induz uma resposta positiva de 65% do interesse da empresa é de que o quinquênio e anuênio seria entendido pelos trabalhadores como crescimento por antiguidade.

O mais incrível são as respostas relativas ao processo atual de progressão na carreira, como, por exemplo, concordância que exijam uma performance de 75% em média em avaliações de desempenho e de não ter resultado abaixo de 70% em nenhuma delas para ter direito ao crescimento profissional. Trabalhadores com 20 anos ou mais de trabalho ficam sujeitos a avaliações subjetivas e regularmente ficam nervosos com a parcialidade de chefias. E como podem 41% dos trabalhadores opinarem favoravelmente às regras para transferência, sendo que esta é uma das grandes reclamações, sobretudo por causa do engessamento da política de portes?

Os resultados desta pesquisa trazem para nós uma grande preocupação para a condução do processo de estudo e implantação do novo PCCS, pois vários dos indicadores coletados por amostragem não refletem as constantes reclamações que são apresentadas pelos trabalhadores em todo o Estado. Temos problemas crônicos como falta de trabalhadores, nos levando a cobrar incessantemente a



reposição de vagas, encontramos uma precarização escandalosa das condições de trabalho, as reclamações são constantes contra a evolução de terceirização, a categoria espera movimentações em carreira e, especialmente, cobramos um reajuste na tabela salarial, diminuição da distância entre o maior e o menor salário e fim da política de porte.

A satisfação exposta na pesquisa não parece da mesma empresa que trabalhamos e em que ouvimos reclamações que duram anos a fio, cada dia sacrificando mais os trabalhadores, desqualificando a qualidade dos serviços, gerando filas em agências de atendimento, e tantos problemas que denunciemos frequentemente através do Sindicato.

Falta de reposição de leituristas leva Copasa a ter gasto absurdo com Correios

A Copasa adotou uma postura inexplicável: com a redução do quadro de leituristas, a empresa passou a ter um gasto elevado com a entrega de contas pelos Correios. Nesse caso, a leitura é feita pela média de consumo, o que gera reclamações dos usuários, lotando as agências de atendimento. Outro detalhe: o leiturista é uma espécie de mensageiro da empresa para o consumidor e funciona também como primeiro canal para o encaminhamento de sugestões e reclamações. Ao invés de contratar

leituristas para recompor o quadro, a empresa gasta bem mais com os serviços dos Correios.

Esse cenário se repete em vários distritos da Copasa, e o valor gasto varia de acordo com a população da cidade. Em um desses municípios, a despesa média mensal com a entrega de faturas pelos Correios é de R\$ 60 mil. Em outro, o custo médio mensal chega a mais ou menos R\$ 42 mil. Uma terceira cidade, que enfrenta o mesmo problema, tem gasto mensal de R\$ 15 mil a R\$ 17 mil. Quando o quadro de leituristas está completo no



distrito – faltam funcionários para completá-lo -, a despesa cai para cerca de R\$ 5 mil. O custo fixo dos Correios, só com a entrega em áreas em que a Copasa não pode atuar, é de R\$ 3 mil a R\$ 3,5 mil.

LIMINAR CASSA LICITAÇÃO

Vitória do saneamento! Apesar da truculência do prefeito de Ubá, Vadinho Baião, e de um forte aparato militar, os trabalhadores e a sociedade organizada mostraram o poder da mobilização e da luta para garantir o direito a um serviço público essencial para a saúde do povo.

Liminar concedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias do Estado de Minas Gerais suspendeu a licitação da Prefeitura Municipal para entregar os serviços de água e esgotos de Ubá à privatização, quando apenas duas empresas se apresentaram – Águas do Brasil e Odebrecht Ambiental – e sendo impedida a Copasa pelas condições do edital da concorrência. O processo licitatório apresentava várias irregularidades e o juiz Luiz Fernando de Oliveira Benfatti concedeu a liminar sob as constatações de que a Prefeitura Municipal extrapolou o prazo máximo para extinguir o contrato, de 7 de fevereiro de 2014, o que garantia em seus termos contratuais a extensão da prestação de serviços por mais dez anos. Além de a Prefeitura ter se manifestado a posteriori (dia 25 de fevereiro), qualquer iniciativa neste sentido deveria ainda resguardar a indenização dos ativos da Copasa utilizados na prestação do serviço.

Mais severo ainda em sua decisão liminar, o juiz frisou que o Executivo Municipal “demonstrou desinteresse na realização de audiência de conciliação na petição inicial”, o que o impede dessa conciliação e suspende a concorrência pública 011/2015 “em qualquer das suas fases, ou qualquer outro procedimento licitatório posteriormente instaurado (...) até o trânsito em julgado do presente processo”.

Esta é, como dissemos, uma



grande vitória de processo movido pela Copasa, mas que teve a decisiva influência e força da mobilização do SINDÁGUA,

dos trabalhadores, dos vereadores de Ubá, de entidades do município, de acompanhamento do Ministério Público do Trabalho, da “Audiência Pública”, onde a população pôde se manifestar e declarar sua discordância da iniciativa do prefeito.

DECISÃO HISTÓRICA

A decisão liminar pode estar impedindo uma tramóia travestida de “concorrência pública”, tantos são os erros grosseiros do processo licitatório. Quem explica este interesse do prefeito no final do seu mandato? Por que conviveu com a Copasa como prestadora de serviços de saneamento durante seus oito anos em dois mandatos e surge com seu entreguismo à privatização quando está prestes em deixar a Prefeitura? Será que queria os serviços de qualidade enquanto era prefeito e agora quer deixar um rombo de herança? Não há explicação plausível! E como poderíamos ficar tranquilos com empresas investigadas pela Polícia Federal e Operação Lava Jato como concorrentes na licitação irregular?

E como explicar as condições prejudiciais ao município oferecidas às empresas privadas. Enquanto a Copasa propunha um contrato de 30 anos, era oferecido 35 anos no edital. Apesar de a Copasa oferecer um contrato com 100% de atendimento de água, o edital falava em 96%/90%. O mesmo para o tratamento de esgoto: a Copasa se propunha a alcançar 95% do tratamento, mas o edital pregava 85% até o sexto ano, 90% até o sétimo e 95% apenas a partir do oitavo ano. Estaria este prefeito defendendo interesse do municí

IRREGULAR EM UBÁ

pio ou existe algo muito particular em tirar a responsabilidade do saneamento das mãos do Estado e entregá-lo à ganância pelo lucro da iniciativa privada?

Mais incrível ainda, foi proposto pela Copasa o repasse de 2% da receita da empresa em Ubá para um fundo municipal, algo estimado à época em R\$ 2 milhões 500 mil. E o que o prefeito colocou no edital? Um fundo de 1%. Pior, tudo isto sendo escondido dos vereadores, que não foram informados das negociações com a Copasa.



José Maria, luta intensa pelo direito à universalização do saneamento e serviços de qualidade



SERVIÇO ESSENCIAL PARA A SAÚDE

Luta pelo saneamento sob a responsabilidade do Estado

Em Minas Gerais tivemos uma conquista histórica quando Itamar Franco ainda era o governador, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 50. Naquela época, Itamar revertia uma negociata feita pelo ex-governador Eduardo Azeredo para o processo de privatização da Cemig. Com a derrota do entreguismo tucano, privatizar estatais em Minas precisaria de um quórum qualificado de 3/5 dos deputados estaduais e, ainda assim, antes o povo teria que ser consultado através de um plebiscito.

Desde então, no entanto, proliferaram os processos de “privatização branca”, através de terceirizações irregulares de atividades fins e contratos de Parceria Público Privada, como o do Rio Manso, com a finalidade apenas de encher os cofres de empreiteiras que hoje são investigadas em processo de corrupção.

Em moção aprovada recentemente, o Conselho das Cidades defendeu o fortalecimento da gestão pública no setor do saneamento básico, como melhor alternativa de saúde e inclusão social. Condena a lógica de maximização do lucro das empresas privadas, sendo determinante para a transparência e responsabilidade através de mecanismos de controle social.

O Conselho Nacional das Cidades defende, de forma veemente, o fortalecimento da gestão pública no setor de saneamento básico. Para nós, o empoderamento dos municípios e das empresas públicas na condução do saneamento é a melhor alternativa de saúde e inclusão social, sobretudo porque o ente municipal está mais próximo da população e tem condições de identificar as necessidades locais sem interesses econômicos.

Eliminando a lógica de maximização do lucro, imperativa no setor privado, a gestão pública do

saneamento leva com frequência à melhoria da qualidade dos serviços, contribuindo para o fortalecimento da responsabilidade e da transparência, graças aos mecanismos de controle social. Sob essa perspectiva, o Conselho das Cidades é contrário a qualquer tentativa de ampliar a privatização ou a concessão do setor de saneamento básico no Brasil. Ressalta que “cada vez mais municípios, regiões e países por todo o mundo estão paralisando as privatizações no setor de saneamento e retomando o controle público dos serviços”, sendo esta mudança “uma resposta às falsas promessas dos operadores privados e ao desejo de colocar o lucro acima do interesse da população”.

O Conselho das Cidades afirma que “podemos ser protagonistas na construção de um país ambientalmente saudável e socialmente justo para todos”.

BALANÇO PATRIMONIAL DO SINDÁGUA-MG PERÍODO 2014 A 2015

| ATIVO | 2014 | 2015 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| DISPONÍVEL | R\$ 934.435,75 | R\$ 1.252.855,42 |
| Caixa Sindágua | R\$ 7.232,24 | R\$ 13.891,86 |
| Caixa Almenara | R\$ 142,41 | R\$ 142,41 |
| Caixa Montes Claros | R\$ 2.097,66 | R\$ 2.097,66 |
| Caixa Varginha | R\$ 2.070,91 | R\$ 2.070,91 |
| Conta DEAPES | R\$ 862.282,53 | R\$ 1.030.953,16 |
| Conta Sindágua | R\$ - | R\$ 148.194,87 |
| Aplicação Financeira | R\$ 60.610,00 | R\$ 55.504,55 |
| DEVEDORES DIVERSOS | R\$ 246.415,01 | R\$ 312.011,00 |
| Seguro/Colônia de Férias Exercícios Anteriores | R\$ 187.438,08 | R\$ 253.034,07 |
| Empréstimos Entidades ano Anterior | R\$ 34.000,00 | R\$ 34.000,00 |
| Empréstimos DEAPES | R\$ 450,00 | R\$ 450,00 |
| Consórcio Nacional Liderauto | R\$ 24.526,93 | R\$ 24.526,93 |
| ADIANTAMENTOS DA FOLHA | R\$ 16.530,25 | R\$ 28.081,11 |
| DEPÓSITOS RECURSAIS/BLOQUEIO JUDICIAL | R\$ 25.160,00 | R\$ 67.246,50 |
| ADIANTAMENTO PARA VIAGEM | R\$ 7.149,00 | R\$ 13.713,00 |
| EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES | R\$ 29.800,00 | R\$ 189.800,00 |
| Sindicato Metalúrgicos Juiz Fora | R\$ 29.800,00 | R\$ 29.800,00 |
| Sindicato Metalúrgicos BH | R\$ - | R\$ 150.000,00 |
| Sindicato Marceneiros BH | R\$ - | R\$ 10.000,00 |
| SEGUROS A APROPRIAR | R\$ - | R\$ 6.630,09 |
| IMOBILIZADO | R\$ 735.430,23 | R\$ 811.874,01 |
| Imóveis | R\$ 433.290,84 | R\$ 481.526,92 |
| Investimentos | R\$ 28.283,02 | R\$ 22.057,60 |
| Veículos/Mobiliário | R\$ 273.856,37 | R\$ 308.289,49 |
| TOTAL | R\$ 1.994.920,24 | R\$ 2.682.211,13 |

| PASSIVO | 2014 | 2015 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| EXIGÍVEL | R\$ 187.711,09 | R\$ 433.524,35 |
| CREDORES DIVERSOS | R\$ 150.001,59 | R\$ 376.315,34 |
| Contrato de Leasing | R\$ 2.487,12 | R\$ 71.377,04 |
| Cheques a Pagar | R\$ 2.388,95 | R\$ - |
| Repasses Diversos de Associados | R\$ 5.635,64 | R\$ 5.493,81 |
| Bradesco Cheque Especial | R\$ 98.502,05 | R\$ - |
| Créditos a Identificar | R\$ 4.703,06 | R\$ 9.062,42 |
| Valores a Pagar Dias parados - Demitidos | R\$ 8.949,35 | R\$ 8.949,35 |
| Valores a Pagar PL/2008-Demitidos | R\$ 20.228,59 | R\$ 20.228,59 |
| Valores a Pagar Processo Eleitoral - Demitidos | R\$ 6.952,17 | R\$ 6.952,17 |
| Fornecedores Diversos | R\$ 154,66 | R\$ 14.251,96 |
| Empréstimos Sindute | R\$ - | R\$ 100.000,00 |
| Honorários de Sucumbência | R\$ - | R\$ 140.000,00 |
| OBRIGAÇÕES SOCIAIS (INSS, FGTS, IR, PISPASEP) | R\$ 37.709,50 | R\$ 57.209,01 |
| PROVISÃO SALÁRIO/ENCARGOS SOCIAIS | R\$ - | R\$ - |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | R\$ 1.807.209,15 | R\$ 2.248.686,78 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | R\$ 1.751.256,25 | R\$ 1.807.209,15 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | R\$ 55.952,90 | R\$ 441.477,63 |
| TOTAL | R\$ 1.994.920,24 | R\$ 2.682.211,13 |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2014

| RECEITAS | 2014 | 2015 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| RECEITA SOCIAL | R\$ 2.509.775,88 | R\$ 2.789.492,03 |
| Mensalidade Associados Copasa | R\$ 2.467.369,61 | R\$ 2.764.079,46 |
| Mensalidade Associados Copanor | R\$ 11.562,58 | R\$ 1.562,29 |
| Mensalidade Associados Aguas Minerais | R\$ 3.577,54 | R\$ 2.577,31 |
| Mensalidade Associados Saae Sete Lagoas | R\$ 17.153,32 | R\$ 16.607,39 |
| Mensalidade Associados Semasa Carangola | R\$ 627,82 | R\$ 608,79 |
| Mensalidade Associados Copasa Irrigação | R\$ - | R\$ - |
| Mensalidade Associados Saae Carmo da Mata | R\$ 1.740,98 | R\$ 842,08 |
| Mensalidade Associados Paraguaçu/Bonsucesso/Araujo | R\$ 5.692,84 | R\$ 689,03 |
| Mensalidade de Associados Diversas Entidades | R\$ 2.051,19 | R\$ 2.525,68 |
| RECEITAS TRIBUTÁRIAS | R\$ 543.647,53 | R\$ 612.401,60 |
| Contribuição Sindical | R\$ 543.647,53 | R\$ 612.401,60 |
| RECEITA DEAPES | R\$ 168.140,80 | R\$ 171.293,51 |
| Mensalidades | R\$ 164.813,64 | R\$ 171.293,51 |
| Reembolso Jurídico | R\$ 3.327,16 | R\$ - |
| RECEITAS EVENTUAIS | R\$ 52.900,12 | R\$ 374.888,97 |
| Recuperação de Despesas | R\$ 4.177,20 | R\$ 113.783,37 |
| Dias de Resposta | R\$ 538,88 | R\$ 1.323,25 |
| COMISSÕES | R\$ 39.261,80 | R\$ 29.240,18 |
| Comissões s/seguros | R\$ 36.814,80 | R\$ 29.205,18 |
| Taxa Col. Férias | R\$ 2.447,00 | R\$ 35,00 |
| Patrocínio | R\$ - | R\$ 2.500,00 |
| Honorários de Sucumbência | R\$ 10.000,00 | R\$ 228.042,17 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | R\$ 78.939,13 | R\$ 65.894,34 |
| RENDIMENTO POUPANÇA | R\$ - | R\$ - |
| REND APLIC FINANCEIRA | R\$ 78.939,13 | R\$ 65.894,34 |
| Sindagua | R\$ 10.953,52 | R\$ 921,46 |
| Deapes | R\$ 67.985,61 | R\$ 64.972,88 |
| TOTAL DAS RECEITAS | R\$ 3.353.403,46 | R\$ 4.013.970,45 |

| DESPESAS | 2014 | 2015 |
|---|-------------------------|-------------------------|
| DEPARTAMENTO DE IMPRENSA | R\$ 313.427,26 | R\$ 375.211,26 |
| Despesas Trabalhistas/Encargos Sociais | R\$ 229.908,62 | R\$ 228.653,28 |
| Despesas Diversas Departamento de Imprensa | R\$ 83.518,64 | R\$ 146.557,98 |
| DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | R\$ 535.623,18 | R\$ 546.679,15 |
| Despesas Trabalhistas/Encargos Sociais | R\$ 535.623,18 | R\$ 546.679,15 |
| DEPARTAMENTO FINANCEIRO | R\$ 181.135,30 | R\$ 222.843,33 |
| Despesas Trabalhistas/Encargos Sociais | R\$ 181.135,30 | R\$ 222.843,33 |
| DEPARTAMENTO JURÍDICO | R\$ 207.223,24 | R\$ 476.888,44 |
| Despesas Trabalhistas/Encargos Sociais | R\$ - | R\$ 69.555,88 |
| Serviços Jurídicos Externos | R\$ 29.000,00 | R\$ 232.720,00 |
| Serviços Jurídicos Internos | R\$ 144.617,00 | R\$ 145.051,50 |
| Despesas Diversas Departamento Jurídico | R\$ 33.606,24 | R\$ 29.561,06 |
| CAMPANHAS SALARIAIS | R\$ 1.138.513,85 | R\$ 386.343,36 |
| Copasa | R\$ 439.640,92 | R\$ 151.566,68 |
| Copanor | R\$ 107.105,53 | R\$ 24.997,60 |
| Copasa Irrigação - Jaiba | R\$ 10.200,00 | R\$ 818,00 |
| Aguas Minerais | R\$ 8.681,70 | R\$ 2.492,12 |
| Foz Jeceaba | R\$ 500,00 | R\$ 500,00 |
| Paraguaçu/Bonsucesso/Araujo | R\$ 660,00 | R\$ 1.457,85 |
| DESPESAS ACORDO COLETIVO | R\$ 571.725,70 | R\$ 204.511,11 |
| Despesas Com Diretores | R\$ 571.725,70 | R\$ 204.511,11 |
| DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO/GENERO | R\$ 254.351,37 | R\$ 480.024,50 |
| Seminários/Congressos/Cursos Externos | R\$ 10.781,72 | R\$ 62.433,39 |
| Manifestações | R\$ 23.261,97 | R\$ 10.928,48 |
| Comissão Meio Ambiente | R\$ 1.034,77 | R\$ - |
| Comite Bacia | R\$ 1.831,20 | R\$ - |
| PPP | R\$ 20.156,00 | R\$ - |
| Dia Agua | R\$ 120,00 | R\$ - |
| Marcha Brasília | R\$ 60,00 | R\$ - |
| Dia das Mulheres | R\$ 60,00 | R\$ - |
| Representação do Aposentados | R\$ 49.042,46 | R\$ 68.976,38 |
| Contribuições e Filiações | R\$ 77.995,41 | R\$ 97.952,93 |
| Diap | R\$ 3.536,00 | R\$ 1.890,00 |
| Cut | R\$ 52.013,49 | R\$ 73.601,40 |
| Dieese | R\$ 22.445,92 | R\$ 22.461,53 |
| Despesas CONTSEMG | R\$ 93.269,81 | R\$ - |
| Despesas Eleicoes Sindicais | R\$ - | R\$ 239.733,32 |
| DEPARTAMENTO DA DIRETORIA | R\$ 135.691,13 | R\$ 312.376,56 |
| Reuniao Diretoria (Plena/Executiva) | R\$ 98.212,42 | R\$ 171.423,96 |
| Hospedagem/Alimentação | R\$ 51.067,95 | R\$ 67.164,29 |
| Deslocamento | R\$ 47.144,47 | R\$ 104.259,68 |
| Reembolso Dia Solidariedade | R\$ - | R\$ - |
| Reunioes Diversas/Trabalho de Base | R\$ 33.990,88 | R\$ 135.247,60 |
| Reunioes Sete Lagoas | R\$ 562,00 | R\$ 1.110,00 |
| Reunioes Bom Sucesso/Paraguaçu/Araujo | R\$ 421,00 | R\$ 3.353,90 |
| Reunioes Cetrel | R\$ 632,78 | R\$ 140,00 |
| Reunioes Foz Jeceaba | R\$ 620,00 | R\$ - |
| Reunioes Carmo da Mata | R\$ 320,00 | R\$ 1.031,10 |
| Demais Enpresas em Saneamento | R\$ 932,05 | R\$ 70,00 |
| DESPESAS ACESSÓRIAS ADMINISTRAÇÃO | R\$ 507.448,92 | R\$ 727.350,49 |
| Despesas Fixas | R\$ 218.991,02 | R\$ 211.260,77 |
| Despesas com Materiais | R\$ 52.213,26 | R\$ 84.073,08 |
| Despesas Com Veiculos | R\$ 42.461,34 | R\$ 21.081,74 |
| Despesas Operacionais | R\$ 193.783,30 | R\$ 410.934,90 |
| ENCARGOS NÃO OPERACIONAIS | R\$ 2.243,57 | R\$ 26.280,29 |
| ENCARGOS FINANCEIROS | R\$ 21.792,74 | R\$ 18.495,44 |
| (Juros financeiros, encargos conta garantida) | R\$ - | R\$ - |
| TOTAL DAS DESPESAS | R\$ 3.297.450,56 | R\$ 3.572.492,82 |

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições estatutárias e em cumprimento às obrigações estabelecidas pelo Estatuto Social da Entidade Sindical, após análise e exame de todas as documentações financeiras, os balancetes e contas do SINDÁGUA MG, relativas ao período de Janeiro a Dezembro de 2015, referentes ao exercício do ano de 2015, bem como as respostas e os esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira da Entidade Sindical, concluíram que as contas e todas as demonstrações contábeis exigíveis estão em conformidade com as prescrições e exigências pertinentes e apresentam adequadamente a posição patrimonial, econômica e financeira da entidade no referido exercício, razão pela qual opinam pela sua aprovação. Belo Horizonte, 30 de junho de 2016.

Membros do Conselho Fiscal: Guilder Silva Moreira, Antônio Lelis e Wendy Pires.

PROPOSTA ORÇAMENTARIA**DEMONSTRATIVO SINTETICO 2016/2017**

| RECEITAS | |
|-------------------------------|------------------------|
| RECEITA SOCIAL | R\$2.700.000,00 |
| MENSALIDADES | R\$2.700.000,00 |
| RECEITA TRIBUTARIA | R\$600.000,00 |
| CONTRIBUICAO SINDICAL | R\$600.000,00 |
| RECEITA ACORDO COLETIVO | R\$1.000,00 |
| TAXA DE FORTALECIMENTO | R\$ 1.000,00 |
| RECEITAS EVENTUAIS | R\$847.000,00 |
| VENDAS DIVERSAS | R\$1.000,00 |
| REEMBOLSOS DIVERSOS | R\$1.000,00 |
| PATROCINIO | R\$44.000,00 |
| COLONIA DE FÉRIAS | R\$1.000,00 |
| HONORARIOS DE SUCUMBENCIA | R\$800.000,00 |
| RECEITAS COM SEGUROS | R\$50.000,00 |
| COMISSAO SEGUROS | R\$50.000,00 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | R\$80.000,00 |
| APLICACAO FINANCEIRA | R\$80.000,00 |
| JUROS/DESCONTOS OBTIDOS | R\$2.000,00 |
| JUROS ATIVOS | R\$1.000,00 |
| DESCONTOS OBTIDOS | R\$1.000,00 |
| RECEITAS NÃO OPERACIONAIS | R\$5.000,00 |
| ALIENACAO DE BENS PERMANENTES | R\$2.500,00 |
| ALIENACAO DO IMOBILIZADO | R\$2.500,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS | R\$4.285.000,00 |

Demonstrativo Sintético -2017**DESPESAS**

| | |
|--|------------------------|
| DEPARTAMENTO DE IMPRENSA | R\$403.000,00 |
| DESPESAS TRABALHISTAS/ENCARGOS SOCIAIS | R\$251.000,00 |
| DESPESAS DIVERSAS DEPTO IMPRENSA | R\$152.000,00 |
| DEPARTAMENTO JURIDICO | R\$515.000,00 |
| DESPESAS TRABALHISTAS/ENC SOCIAIS | R\$500.000,00 |
| DESPESAS DIVERSAS DEPTO JURIDICO | R\$15.000,00 |
| DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | R\$602.000,00 |
| DESPESAS TRABALHISTAS/ENCARGOS SOCIAIS | R\$599.000,00 |
| DESPESAS DIVERSAS DEPTO ADMINI | R\$3.000,00 |
| DEPARTAMENTO FINANCEIRO | R\$167.000,00 |
| DESPESAS TRABALHISTAS/ENCARGOS SOCIAIS | R\$157.000,00 |
| DESPESAS DIVERSAS DEPTO FINANC | R\$10.000,00 |
| CAMPANHAS SALARIAIS | R\$490.000,00 |
| Copasa | R\$400.000,00 |
| Demais Empresas | R\$90.000,00 |
| DESPESAS ACORDO COLETIVO (IMPLANTAÇÃO PCCS) | R\$60.000,00 |
| DEPARTAMENTO FORMAÇÃO/GÊNERO | R\$210.000,00 |
| Seminarios/Congressos/Cursos Externos | R\$70.000,00 |
| Manifestações | R\$35.000,00 |
| Contribuições e Filiações | R\$150.000,00 |
| Eleição Delegados | R\$60.000,00 |
| DEPARTAMENTO DAS MULHERES | R\$2.000,00 |
| DEPARTAMENTO DA DIRETORIA | R\$945.000,00 |
| CONTSEMG | R\$400.000,00 |
| REUNIAO DE DIRETORIA | R\$325.000,00 |
| REUNIOES DIVERSAS/TRAB BASE /MANT CONCESSÕES | R\$170.000,00 |
| REUNIOE OUTRAS EMPRESAS SANEAMENTO | R\$50.000,00 |
| DESPESAS ACESSÓRIAS ADMINISTRAÇÃO | R\$586.000,00 |
| Despesas Fixas | R\$225.000,00 |
| Despesas com materiais | R\$75.000,00 |
| Veículos | R\$45.000,00 |
| Despesas Operacionais | R\$241.000,00 |
| ENCARGS FINANCEIROS | R\$25.000,00 |
| Encargos Financeiros | R\$25.000,00 |
| APLICACOES DE CAPITAIS | R\$280.000,00 |
| INVESTIMENTOS EM INFORMATICA | R\$35.000,00 |
| INVESTIMENTOS EM VEICULOS | R\$140.000,00 |
| INVESTIMENTOS BENS IMÓVEIS | R\$2.000,00 |
| INVESTIMENTOS BENS IMÓVEIS/REFORMA | R\$92.000,00 |
| INVESTIMENTO BENS MOVEIS | R\$5.000,00 |
| INVESTIMENTOS EM MAQUINÁRIO | R\$5.000,00 |
| INVESTIMENTOS CULTURAIS | R\$1.000,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS | R\$4.285.000,00 |

Demonstrativo Sintético DEAPES**RECEITAS**

| | | |
|---------------------------|------------|-------------------|
| MENSALIDADE SOCIAL | R\$ | 216.000,00 |
| DOAÇÕES | R\$ | 2.000,00 |
| DANOS MORAIS | R\$ | 2.000,00 |
| REEMBOLSO JURIDICO | R\$ | 15.000,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS | R\$ | 235.000,00 |

DESPESAS

| | | |
|--|------------|-------------------|
| Festas/confraternização | R\$ | 3.000,00 |
| Despesas com alimentação | R\$ | 50.000,00 |
| Despesas de correios | R\$ | 6.000,00 |
| Despesas com xerox | R\$ | 1.000,00 |
| Despesas com telefones | R\$ | 4.000,00 |
| Despesas com transporte/deslocamento | R\$ | 15.000,00 |
| Despesas com processos | R\$ | 12.000,00 |
| Despesas material escritorio | R\$ | 5.000,00 |
| Despesas com congressos/viagens | R\$ | 13.000,00 |
| Despesas com eventos | R\$ | 39.000,00 |
| Despesas Trabalhistas (Salários/encargos) | R\$ | 60.000,00 |
| Despesas Serviços Terceiros PJ | R\$ | 7.000,00 |
| Despesas reforma/aquisição maquinário/bens ativo | R\$ | 20.000,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS | R\$ | 235.000,00 |

CONTEXTO OPERACIONAL

O SINDÁGUA - MG, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais, sociedade sem fins lucrativos, com sede e foro nesta capital, estado de Minas Gerais, fundado em 29 de janeiro de 1980, é uma organização sindical, de caráter classista, autônoma e democrática, com fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal dos empregados, servidores, funcionários e aposentados, nas Empresas Públicas, de Economia mista e Privada, bem como as autarquias da categoria dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos, Meio Ambiente, Exploração, Envasamento e distribuição de Águas Minerais, a Administração e Exploração dos Parques das Águas nas localidades de concessão, a Exploração de atividades ligadas a Irrigação de Água, coordenação, defesa e representação legal da respectiva categoria

de trabalhadores e aposentados dentro de sua base territorial. A entidade tem por fundamentos precípuos o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora na luta por melhores condições trabalho e de vida, em particular de seus representados, além do engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira rumo à igualdade de raça e gênero, a solidariedade, a democratização dos meios de comunicação e a defesa da independência e autonomia da representação sindical..

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira e estão apresentadas em Reais (R\$).

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações são as seguintes:

APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência do exercício.

ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTE E LONGO PRAZO

Estão apresentados pelos valores conhecidos e ou calculáveis e de realização, incluindo os correspondentes rendimentos, encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

ATIVO PERMANENTE IMOBILIZADO

Está registrado ao custo histórico de aquisição e não registra contabilmente a depreciação do seu imobilizado, devido a necessidade de uma reavaliação de seus bens.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Está representado pelo patrimônio social constituído, reserva de reavaliação e de déficits e superávits acumulados da entidade.

COBERTURA DE SEGUROS

É política da entidade manter cobertura de seguros sobre bens integrantes do ativo imobilizado — veículos e Imóveis — por montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, levando-se em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores especializados.

Diretoria: José Maria dos Santos - Presidente e Eliane Soares Martins - Diretora Financeira.

Ivan Luiz de Alcântara
Contador — CRCMG-063720/O

REFORMA DE TEMER ANIQUILA APOSENTADORIA

Os trabalhadores brasileiros vivem momento de grande ansiedade diante das ameaças, com as propostas de se fazer mudanças drásticas na Previdência Social, podendo literalmente sepultar a expectativa de aposentadoria.

Depois de longos anos de luta inglória pela derrubada do Fator Previdenciário e da criação de um novo fator progressivo que exigirá 90 anos para as mulheres e 100 anos para homens, somando-se idade mais tempo de contribuição, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, antecipou em entrevista concedida ao jornal "O Globo" a proposta de reforma previdenciária que será encaminhada ao Congresso para votação. As linhas gerais da proposta são: a) aumento da idade mínima entre 65 e 70 anos e do tempo de contribuição; b) equiparação de idade e tempo de contribuição entre homens e mulheres; c) transição somente para quem tem mais de 50 anos, com acréscimo de 40% a 50% do tempo que falta para requerer a aposentadoria; d) eliminação da diferença para aposentadoria de trabalhador urbano e rural e servidor público e trabalhador da iniciativa privada; e) mudanças nas aposentadorias especiais; f) instituição de novo redutor nas pensões, além de outras mudanças.

Estas mudanças, através de emenda constitucional (PEC), precisam dos votos de três quintos dos parlamentares da Câmara Federal (308 deputados) e do Senado (49 senadores).



Além de querer aumentar idade da aposentadoria bem próximo da morte do beneficiário, a proposta pretende aumentar os valores de contribuição, que já comem parcela considerável dos nossos salários durante toda a nossa vida laboral. Isto só pode ser considerado um absurdo, principal-

mente diante de uma expectativa de vida para os brasileiros de 75 anos, o que equivaleria a usufruir do benefício da aposentadoria durante apenas oito anos, gastando o resultado do esforço de dezenas de anos de trabalho para os momentos finais da vida, invariavelmente visitando hospitais e gastando com remédios.

Os trabalhadores e todo o movimento sindical brasileiro devem repudiar esta tentativa e se mobilizarem para cobrar dos deputados federais e senadores uma terminante recusa deste projeto antissocial e criminoso, que saqueia toda a reserva de nossas contribuições, impedindo que cheguemos à aposentadoria ou reduzindo o valor dos benefícios.

Não podemos tolerar este crime, principalmente sabendo da grave crise de desemprego, quando as empresas dispensam em massa, levando os trabalhadores a longo tempo para alcançar novos postos de trabalho. Como aumentar o tempo de contribuição se os momentos de desemprego são contínuos? Querem que ninguém se aposente, construindo o maior calote sobre um dos nossos mais sagrados direitos.